



Programa de Ações para a Sustentabilidade Socioambiental | Grupo de Pesquisa em Estudos Socioambientais no Semiárido
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG - Campus de Patos, Paraíba - Brasil.

As cidades brasileiras conseguirão tratar seu lixo?

As cidades precisam cumprir os prazos estabelecidos pela Lei de Resíduos Sólidos já no começo de agosto.



A Copa do Mundo termina em 13 de julho e pouco menos de um mês mais tarde, em 2 de agosto, um novo desafio terá lugar e envolve a participação de todos os prefeitos brasileiros. Entre um jogo e outro da copa, os administradores municipais deverão estar atentos ao cumprimento de suas obrigações e que deveriam preocupar-se bem mais do que as possíveis vitórias ou derrotas do escrete canarinho. Daqui a menos de três meses, vai se encerrar o prazo estipulado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos para que os municípios brasileiros deem destinação adequada aos seus resíduos e rejeitos.

Simplificando, todas as cidades brasileiras precisariam eliminar os lixões ainda em atividade. Vale lembrar que ao menos 60% dos municípios do país despejam lá seus resíduos. São mais de 3 mil lixões ainda em atividade, principalmente em pequenas e médias cidades que, tristemente, permanecem em funcionamento pelo país afora.

Os lixões são depósitos absurdos sem qualquer controle e fontes de enormes impactos ambientais causadoras de criminosas contaminações, por exemplo, do solo, dos lençóis freáticos, fontes de água e até mesmo responsáveis pela proliferação de insetos transmissores de inúmeras doenças. Portanto, um perigo constante à saúde e à qualidade de vida de todos. Esses lixões precisarão dar lugar a aterros sanitários que, se não representam uma solução perfeita, ao menos são locais mais adequados para o depósito dos rejeitos e que evitam problemas como os citados anteriormente.

As cidades também possuem outras responsabilidades que precisam ser atendidas para dar cumprimento a Lei Nacional de Resíduos Sólidos. Entre as mais importantes estão a adoção de políticas de gestão eficiente dos resíduos para que a menor quantidade possível desses materiais precise ser encaminhada para os aterros. E, para que isso seja possível, deverá ser acompanhada da implantação ou ampliação da coleta seletiva com apoio efetivo ao trabalho desenvolvido pelas cooperativas de catadores.

Capacitar essas pessoas e dar-lhes condições dignas de trabalho são requisitos fundamentais para o sucesso da lei e para a melhoria das condições de vida e trabalho desses profissionais.

Mais de um milhão de pessoas trabalham e sobrevivem da reciclagem, muitos deles em condições bastante precárias.

Além, é claro, de se adotarem eficientes campanhas educativas para conscientizar e engajar toda a sociedade para a importância dessas medidas. Essas são maneiras de, não só cumprir a lei, mas de resolver um sério problema enfrentado quase sem exceção, em menor ou maior grau, por todos os municípios do País.





Sobre os Sacos Plásticos

De acordo com a Abras – Associação Brasileira de Supermercados, os brasileiros consomem cerca de 33 milhões de sacolas plásticas por dia. Aproximadamente, 12 bilhões sacos plásticos por ano. Desse total, mais de 10 bilhões são descartados de forma incorreta no meio ambiente.

Fonte: Planetasustentavel.abril.com

O plástico oxibiodegradável é uma boa opção?



É cada vez mais frequente o aparecimento de materiais alternativos, que possam substituir as sacolas feitas com plástico convencional e, assim, diminuir o impacto ambiental. Um deles é o plástico oxibiodegradável – ou OBP, como é conhecido entre os especialistas.

Trata-se de um plástico com tecnologia desenvolvida na Inglaterra, pela empresa Symphony Plastics, que, teoricamente, funciona da seguinte maneira: para que ele degrade antes do plástico convencional, adiciona-se, na composição desse tipo de plástico, aditivos anti-oxidantes e pró-oxidantes, que garantem a oxidação do plástico. Isto significa que a sua decomposição no ambiente é acelerada: ao invés de 400 anos, o processo de degradação dura, aproximadamente, 18 meses.

Mas o grande trunfo do plástico oxibiodegradável diz respeito à sua capacidade de biodegradabilidade, isto é, de ser consumido por micro-organismos presentes no solo e, assim, se transformar, basicamente, em carbono e água – tudo isso em cerca de um ano e meio.

No entanto, esse processo químico provoca divergências de opinião entre especialistas, principalmente os que estão envolvidos com a questão econômica.

Por razões óbvias, membros do OPI – Oxo-biodegradable Plastics Institute – associação internacional responsável pela implantação dessa tecnologia na indústria mundial – e da RES Brasil, principal empresa que comercializa a técnica no país, defendem o plástico oxibiodegradável. Por outro lado, também por motivos evidentes, instituições ligadas aos fabricantes de sacolas plásticas convencionais – como, por exemplo, a Plastivida, alegam que as oxibiodegradáveis, na verdade, não se biodegradam.

No meio dessa briga, carregada de interesses, os consumidores não sabem como agir. Trocar as sacolas plásticas convencionais por oxibiodegradáveis é uma boa opção? Especialistas acadêmicos dizem que não. “Na natureza, nada se perde, tudo se transforma. Não existe magia. O aditivo presente nas sacolas oxibiodegradáveis apenas quebra as moléculas desse material plástico em milhares de pedacinhos invisíveis a olho nu. Na verdade, o plástico ainda está lá, mas em uma estrutura diferente”, salienta Eloísa Garcia, gerente do Grupo de Embalagens Plásticas e Meio Ambiente do Cetea – Centro de Tecnologia de Embalagem de São Paulo.

Por: Débora Spitzcovsky

Fonte: Planeta Sustentável

O lixo que você ajuda a selecionar, jogando no coletor certo, é coletado, armazenado e encaminhado para reciclagem.

CONTAMOS COM A SUA PARTICIPAÇÃO!